



Folha

Metalúrgica



Boletim informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto

Abril de 2017 - Edição n.º 444

Dia 28 de Abril Greve Geral O Brasil vai Parar!!!

A Direção Nacional, reunida em Brasília, no dia 29 de março, deliberou pela organização da greve geral como ação estratégica da CUT para derrotar a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Trata-se de uma iniciativa construída com o conjunto das centrais sindicais.

Vamos parar o País no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: NENHUM DIREITO A MENOS! A greve geral será um passo decisivo na luta que continuaremos a travar, sem trégua, para derrotar o

governo golpista.

Sairemos novamente às ruas para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário. Iremos para às ruas para repudiar o PL 4302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim, condenando os/as trabalhadores/as a “viverem de bico”, sem nenhuma segurança em relação ao trabalho e a direitos básicos, como férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, descanso remunerado, horas extras, entre outros direitos fundamentais, conquistados após décadas de lutas.

Essa deliberação foi tomada após uma cuidadosa análise de conjuntura.

Passamos por uma profunda recessão econômica, que atinge todos os setores da economia e que se aprofunda por causa da desastrosa política de austeridade do atual governo. Em vez da prometida retomada do crescimento, assistimos à pior recessão da história e à projeção de um crescimento medíocre para os próximos anos, transformando o período 2011-2020 em mais uma década perdida.

As principais vítimas desse processo são os/as trabalhadores/as penalizados/as com o desemprego, que atinge a assombrosa marca de cerca de 13 milhões de

pessoas, ou que veem diminuir sua renda, vivendo na incerteza em relação ao trabalho e à proteção social.

A Direção nacional da CUT também constatou o agravamento da crise institucional e política que abala o País, como revelam as tensões entre membros do STF e o Ministério Público, assim com as rusgas do Judiciário com o Congresso, onde grande parte dos parlamentares encontra-se na lista das delações premiadas como suspeitos de corrupção. São esses parlamentares que buscam desesperadamente e sem qualquer pudor uma saída legal para o mal feito, legislando em interesse próprio, empenhados na aprovação de uma lei que ac-

oberte seus crimes e os isente da punição.

No meio da crise, no entanto, o governo ilegítimo mostra a que veio ao ser conduzido ao poder através do golpe. Veio para rasgar a Constituição e destruir pilares do Estado de Direito, enquanto desmonte das políticas de proteção social, a privatização de estatais e bancos públicos, a entrega da exploração de nossas riquezas naturais a empresas estrangeiras, comprometendo a soberania nacional. Veio também para retirar direitos da classe trabalhadora.

Temos motivos de sobra para repudiar o governo ilegítimo e para conchamar a classe trabalhadora para a greve geral no dia 28 de abril.

Sindicalize-se



**Benefícios
Conquistas
Lutas
Direitos**

**O Sindicato é a Casa do Trabalhador
Não fique só.
Fique Sócio!**

Vem aí o Baile do Dia 1º de Maio Dia do Trabalhador

O Sindicato dos Metalúrgicos de Salto realiza no próximo dia 30 de abril, o Baile do Dia do Trabalhador. O evento terá início às 17h, na sede da entidade localizado à Rua Antônio Vendramine, 258, Vila Teixeira. Na **página 4**, você confere os detalhes de como participar da festa.

Presença no 4º Encontro Regional dos Trabalhadores com Deficiência

No período de 23 a 25 de abril, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, o companheiro Valter Luiz, responsável pela Secretária de Inclusão Social dos Metalúrgicos de Salto, estará participando do 4º Encontro Regional dos Trabalhadores com Deficiência, em Belém no Pará.

Sindicato nas fábricas

Nas páginas 3 e 4 você confere a atuação da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, nas portas das fábricas, defendendo os interesses da categoria metalúrgica. Foram diversas assembleias e atos, onde os diretores puderam ouvir as demandas vinda dos trabalhadores(as) na base dos Metalúrgicos de Salto.

**Fim do 13º, das férias e aumento de jornada.
O sonho de Temer é aprovar o trabalho escravo.
Não à Reforma Trabalhista!**



EDITORIAL

Companheiros (as)

Parece que quanto mais o tempo passa, mais esse governo golpista conspira contra a classe trabalhadora. A cada dia desse desgoverno, somos surpreendidos por uma ação, uma medida que prejudica os trabalhadores e favorece os patrões e a elite burguesa de nosso país. Não nos restam dúvidas, que o pato amarelo, representando os empresários da FIESP e demais apoiadores do golpe parlamentar de 2016, estão cobrando a sua participação. E o governo ilegítimo tem sido muito fiel a esses grupos patronais e dando a contrapartida.

Não bastasse a Reforma da Previdência, a Terceirização e Reforma das Leis Trabalhistas, Temer e sua trupe querem atacar em cheio a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

O relatório sobre a reforma trabalhista, do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), sugere a alteração de 130 pontos da CLT, sob a alegação que é uma medida de modernização.

O projeto dá força de lei aos acordos coletivos negociados entre empresas e trabalhadores em vários pontos. Entre eles, permite a negociação da jornada de até 12 horas diárias, desde que respeitado o limite de até 48 horas por semana (contabilizando horas extras). O projeto propõe ainda que patrões e empregados negociem o trabalho remoto (fora do ambiente da empresa), remuneração por produtividade e registro de ponto.

Mexer em 130 pontos da CLT é simplesmente propor a revogação da CLT. Isso é inaceitável em

uma conjuntura como essa, em um momento de forte desemprego, quando o trabalhador está em fragilidade. Não há negociação, quando o assunto é retroceder nas Leis Trabalhistas e na retirada de direitos.

É por esse e por outras ações deste trágico governo, que no próximo dia 28 de abril, sairemos às ruas para protestar, durante a GREVE GERAL. Vamos dizer não às terceirizações, as Reformas e mandar um recado muito claro para os golpistas: NENHUM DIREITO A MENOS!

Com os trabalhadores nas ruas no dia 28 de Abril, estaremos construindo uma página muito importante na história da classe trabalhadora. Será um ato muito importante para derrotarmos o governo golpista.

É hora de nos mobilizarmos e defender os nossos direitos. Não podemos ficar vendo a história acontecer. Somos partes dessa história e a construiremos com a nossa união e mobilização. A única forma de parar o golpe, que teve início no ano de 2016, e a união da classe trabalhadora. Caso contrário, se deixarmos esses golpistas dominarem os rumos dos trabalhadores, vamos morrer trabalhando sem desfrutar do resultado do nosso trabalho.

Por isso, metalúrgicos (as), no dia 28 de Abril, conclamo a todos para saírem às ruas e protestar na GREVE GERAL. Não à terceirização! Não à Reforma Trabalhista! Não à reforma da previdência! Nenhum direito a menos! FORA TEMER!

Até o dia 28 de Abril, na GREVE GERAL. Metalúrgicos (as) uni-vos!

Alexandro Garcia Ribeiro
Presidente do Sindicato dos
Metalúrgicos de Salto

Igreja posiciona-se contra as reformas



Dom Vicente Costa, bispo diocesano de Jundiá reunido com o movimento sindical.

O Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, Dom Leonardo Ulrich Steiner recebeu o presidente da CUT Vagner Freitas, o diretor nacional da CTB Paulo Vinícius Santos da Silva, o secretário-geral da Intersindical Edson Carneiro (Índio) e o representante do MTST, Vitor Guimarães, para falar das reformas promovidas pelo governo ilegítimo que estão exterminando os direitos trabalhistas da sociedade brasileira.

O encontro aconteceu na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil na quarta-feira, 05 de abril, em Brasília, e serviu como ponto de partida do diálogo entre as centrais que representam a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Para o bispo, hoje a população precisa ter conhecimento das medidas que estão sendo tomadas pelos Três Poderes que comprometem as garantias já conquistadas desde a redemocratização, “é o momento de chegarmos nas pessoas pois a mídia não está possibilitando fazer com que a população entenda a gravidade do que está acontecendo e o que aparece nos meios de comunicação é muito favorável às reformas”, analisou Dom Leonardo.

Na ocasião, Vagner Freitas solicitou apoio da CNBB para a greve geral que será organizada pelas centrais sindicais no dia 28 de abril, “precisamos de apoio mais que político, humanitário! Hoje o aposentado é arrimo de família com o benefício da previdência, pois a maioria dos filhos e netos estão desempregados”.

Ao longo do encontro, Dom Leonardo ressaltou a importância dos sindicatos para a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e que é importante valorizar os movimentos sociais “e não deixá-los sozinhos neste momento”. Dom Leonardo se comprometeu, ainda, em levar à Assembleia Geral da CNBB, que acontece de 26 de abril a 05 de maio, o resultado da reunião de hoje como subsídio para redigir uma mensagem aos trabalhadores e trabalhadoras no dia Primeiro de Maio.

Diocese de Jundiá

O Bispo Diocesano, Dom Vicente Costa, recebeu uma comissão do Movimento Intersindical Unificado de Jundiá e região, na sexta-feira, 7 de abril, para demonstrar apoio e solidariedade aos sindicatos e movimentos sociais que lutam contra a austeridade do governo com a retirada histórica de direitos. O encontro aconteceu nas dependências da Cúria Diocesana. Junto com dom Vicente, participaram o padre Leandro Megeto, coordenador diocesano da Ação Evangelizadora, e Maria Rosângela Moretti, coordenadora de projetos sociais da Cáritas Diocesana.

Dom Vicente Costa disse que reformas tendem a penalizar população mais pobre e destacou a nota oficial divulgada pela CNBB no dia 23 de março, pedindo auditoria no caixa da Previdência e amplo debate com a sociedade.

Para Dom Vicente, o correto seria o governo taxar as empresas que devem à Previdência Social. “Estamos unidos com a CNBB nessa causa justa contra reformas que tendem a penalizar a população e, principalmente, os mais pobres”, afirmou o bispo diocesano.

De olhos fechados

Reforma da Previdência ignora 426 bilhões devidos por empresas ao INSS

Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, a reforma da Previdência Social ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS. O valor da dívida equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. Esses números, levantados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não são levados em conta na reforma do governo Michel Temer.

A maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas que estão ativas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria estudou e classificou essas 32.224 empresas que mais devem, e constatou que apenas

18% são extintas. A grande maioria, ou 82%, são ativas.

Apesar da maior parte das empresas devedoras estarem na ativa, no topo da lista há também grandes companhias falidas há anos, como as aéreas Varig e Vasp. Por isso, nem toda a dívida pode ser recuperada. É provável que quase 60% do valor devido nunca chegue aos cofres do INSS – ou porque são de empresas falidas, em processo de falência, tradicionais sonegadoras ou laranjas.

Apenas R\$ 10,3 bilhões (4% do montante da dívida) têm alta probabilidade de recuperação, segundo estudo da procuradoria divulgado em março do ano passado. Do classificado à época, referente à R\$ 375 bilhões de dívidas,

constatou-se que 38% têm média chance de recuperação; 28% tem baixa chance e 30% tem chances remotas

A prova disso é que o percentual de recuperação é baixo. Em 2016, a procuradoria recuperou apenas R\$ 4,15 bilhões dos créditos previdenciários, o equivalente a 0,9% da dívida previdenciária total.

A morosidade da Justiça, a complexidade da legislação tributária brasileira e os programas de parcelamento do governo são apontados como os principais fatores que explicam a alta dívida previdenciária no país.

A criação de varas específicas e especializadas poderia agilizar esse tipo de cobrança, segundo o presidente da Associação Nacional dos Audi-

tores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vilson Romero.

Sem a criação dessas varas, o sistema de cobrança continua lento. Uma ação de cobrança da Fazenda Nacional demora cerca de nove anos no Brasil segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2012.

A responsabilidade pela cobrança das dívidas é da PGFN. Por outro lado, é dever da Receita Federal fiscalizar se os repasses previdenciários estão de fato ocorrendo, mas o trabalhador pode também conferir se a sua empresa está cumprindo a obrigação dos repasses pedindo, em uma agência do INSS, o extrato Cadastro Nacional de Informações Sociais).

Reforma da Previdência desfigura a aposentadoria especial do trabalhador com deficiência

As pessoas com deficiência contribuintes da Previdência Social, tanto segurados como servidores, por motivo de desgaste funcional precoce, obtiveram o direito à aposentadoria especial antecipada, de acordo com a Emenda Constitucional 47/2005, que alterou os artigos 40 e 201 da CF.

Estudos científicos observaram que a expectativa de vida das pessoas com deficiência é inferior à da população sem deficiência, bem como seu desgaste funcional, com repercussões na condição de vida laboral e social, ocorre em razão de múltiplos fatores, tais como: maior vulnerabilidade da saúde por acidentes ou patologias, envelhecimento precoce e falta de acessibilidade nos ambientes gerais e no trabalho. Some-se a isso a entrada tardia no mercado de trabalho, que interfere na possibilidade de os trabalhadores com deficiência cumprirem o mesmo tempo de con-

tribuição que os demais.

Com frequência, as pessoas com deficiência deixavam de ter condições de continuar a trabalhar e precisavam ser aposentadas por invalidez, desconsiderando-se que a própria tentativa de permanecer na sua atividade laborativa causava a invalidez: aposentavam-se exauridas. A aposentadoria especial foi adotada para corrigir essa injustiça e equiparar as oportunidades dos trabalhadores.

De 2005 a 2013, o Congresso debateu o assunto até ser aprovada e sancionada a Lei Complementar 142/2013, que especificou os critérios de elegibilidade para a aposentadoria especial e as diferenças entre os graus de deficiência.

De acordo com a regra infraconstitucional atual, a aposentadoria especial do trabalhador com deficiência permite a redução de 10 anos de contribuição nos casos avaliados como grau de deficiência grave, 6 anos

para o grau de deficiência moderado e 2 anos no grau leve. Não há limite de idade, pois é exatamente o envelhecimento e o desgaste funcional precoces que motivam a aposentadoria especial.

Para os casos com 15 anos de tempo de contribuição, a lei fixou o limite mínimo de idade, 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, comprovada a existência da deficiência por igual período. A LC 142/2013 definiu também que o valor da aposentadoria é 100% nos casos de cumprimento do tempo de contribuição exigido conforme o grau de deficiência e estabeleceu 70% do valor do benefício de contribuição quando a aposentadoria se der por idade e 15 anos de contribuição. A cada ano de contribuição a mais será acrescentado 1%, sendo no máximo 30%.

Somente em 2014 as regras da aposentadoria especial dos trabalhadores do RGPS começaram a ser aplicadas. Até hoje o

Executivo não apresentou projeto de lei para o caso dos servidores com deficiência, um flagrante desrespeito que traz prejuízos para aqueles que precisam se aposentar e só o conseguem por meio de decisão judicial.

A PEC 287/2016 propõe a alteração da aposentadoria especial dos trabalhadores com deficiência, servidores e segurados, desconsiderando sua razão de existir e deturpando sua efetividade quanto a evitar a aposentadoria por invalidez de quem trabalhou e efetuou sua contribuição previdenciária até o máximo de tempo possível para sua condição funcional.

A Reforma da Previdência deseja que a redução máxima do tempo de contribuição seja cinco anos; fixa em no máximo dez anos, a redução da idade para aposentadoria e deixa o cálculo do valor da aposentadoria em aberto, seguindo a proposta geral. Tudo é impreciso.

Na prática, todos os

trabalhadores com deficiência que precisam da aposentadoria especial antecipada serão drasticamente prejudicados pela PEC 287/2016, sendo mais acentuada a perda por parte daqueles a quem a regra atual assegura a igualdade de oportunidades.

Com a reforma, os casos graves de deficiência terão de contribuir cinco anos ou mais além do que fazem hoje, pois a redução de 10 anos passará para no máximo 5 anos; precisarão alcançar a idade mínima de 55 anos e terão o valor da aposentadoria reduzido de 100% para 51% mais 1% por cada ano de contribuição. Assim, cumprindo 20 anos de contribuição (redução autorizada pela reforma), esta pessoa receberá somente 71% do valor do benefício de contribuição como aposentadoria. Dessa maneira, desaparecerá a aposentadoria especial, pois os trabalhadores com deficiência mais grave receberão, na verdade, aposentadoria proporcio-

nal ao tempo que mantiverem condições de trabalhar e contribuir. A finalidade da aposentadoria especial será completamente desrespeitada.

Pelas razões acima expostas, a PEC 287/2016 apresenta modificações descabidas e inaceitáveis na aposentadoria especial dos segurados e servidores com deficiência, em particular por encobrir que, em verdade, além de critérios de elegibilidade incorretos, haverá um grande decréscimo no valor mensal da aposentadoria especial, que inviabiliza esse direito.

Izabel Maior é médica e professora, mestre em Medicina Física e Reabilitação; conselheira do COMDEF Rio e CEPDE/RJ; integrante do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva; ex-Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SDH

A VERDADE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O governo golpista de Temer revela-se como o verdadeiro exterminador do futuro. Depois da PEC da Morte, que congela os investimentos em saúde (destruindo o SUS), da educação e dos programas sociais por 20 anos, agora quer acabar com o seu legítimo direito à aposentadoria. O próprio Temer se aposentou aos 54 anos e recebe R\$ 30.613,00, mas o que vale para ele não valerá para você.

A Previdência está quebrada, como diz a propaganda do governo?

Não. A Previdência não pode ser analisada isoladamente. Ela integra um sistema denominado Seguridade Social, que engloba a Previdência, Assistência Social e Saúde e possui diversas fontes de financiamento definidas constitucionalmente, não somente a contribuição de patrões e empregados. Somadas, em 2015, o resultado foi positivo em R\$ 11,2 bilhões.

Vai ter idade mínima para a aposentadoria?

Sim, caso a reforma seja aprovada, a idade mínima para a aposentadoria será de 65 anos, com no mínimo 25 anos de contribuição. A regra passará a ser igual para homens e mulheres, ao contrário do que existe hoje. Ou seja, a proposta do governo ilegítimo de Michel Temer desconsidera a desigualdade de gênero existente no mundo do trabalho. As mulheres realizam os trabalhos mais precários, têm salários em média 30% menores, jornadas de trabalho maiores (se considerada as jornadas em casa e fora dela) e permanecem menos tempo no mesmo emprego, devido à responsabilidade familiar e a ausência de políticas públicas do cuidado.

Com 65 anos, o trabalhador pode se aposentar com 100%?

Para se aposentar com 100% será necessário contribuir por 49 anos. Se você começou a trabalhar e contribuir aos 20 anos e nunca parou, conseguirá a aposentadoria integral beirando os 70 anos.

As aposentadorias especiais também serão prejudicadas?

Sim. Hoje os trabalhadores(as) expostos a atividades perigosas ou insalubres têm direito à aposentadoria integral com 15, 20 ou 25 anos de trabalho (dependendo do risco). Temer quer que esses trabalhadores contribuam por, no mínimo, 20 anos, e só se aposentem aos 55 anos. O cálculo da aposentadoria será 51% do salário médio mais 1% por ano de contribuição. Ou seja, eles ficarão mais tempo expostos ao risco e não terão mais aposentadoria integral.

Em caso de morte do trabalhador(a), os dependentes receberão pensão?

Se a Reforma for aprovada, o beneficiário(a) não poderá acumular pensão e aposentadoria. Será preciso escolher uma das duas. A pensão deve ser de 50% da aposentadoria do trabalhador falecido, mais 10% por dependente, podendo ser inferior a 1 salário mínimo.

O valor dos benefícios das aposentadorias serão os mesmos que atualmente, mesmo que se modifique as regras de acesso?

Não. Atualmente, para cálculo do "salário benefício", valor de referência pelo qual se calcula a aposentadoria, se consideram os 80% maiores salários, descartando os 20% menores salários de contribuição. Com a proposta de reforma da previdência de Temer, serão considerados todos os salários pelos quais incidiram contribuição previdenciária, inclusive os menores, o que acaba reduzindo a média. A proposta de reforma de Temer não somente aumenta o tempo necessário para ter acesso às aposentadorias, mas também está rebaixando o seu valor.

REFORMA TRABALHISTA = TERCEIRIZAÇÃO = PERDA DE DIREITOS

Temer e seus aliados querem passar por cima das leis trabalhistas (CLT) e tirar todos os direitos da classe trabalhadora. A aprovação da Terceirização, juntamente com a reforma Trabalhista que querem impor, são um verdadeiro massacre contra os trabalhadores e trabalhadoras. Veja o que já está acontecendo:

ANTES

DEPOIS

- | | |
|--|--|
| • Intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 (uma) hora. | • Intervalo para repouso e alimentação poderá ser de 30 minutos. |
| • Salário inferior ao mínimo apenas para quem trabalha até 25 horas por semana. | • Salário inferior ao mínimo para quem trabalha até 30 horas por semana. |
| • Férias anuais concedidas normalmente em um só período de trinta dias. | • Férias anuais em até três períodos, com remuneração também proporcional. |
| • Trabalhador recebe salário pelas horas que passa em deslocamento para a empresa quando esta fica em local de difícil acesso. | • Permite o fim do pagamento das horas gastas no transporte até a empresa. |
| • Jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais. | • Jornada de trabalho diária e semanal sem qualquer limite. |
| • Trabalho remoto segue as mesmas regras do realizado na empresa: salários, jornada, descanso etc. | • Possibilita o trabalho remoto sem garantias. |
| • Empresas com mais de 10 trabalhadores devem garantir o registro de ponto para evitar excesso de jornada e permitir a fiscalização pela Fiscalização do Trabalho. | • Possibilita o fim do registro de ponto. |
| • A anulação de cláusulas de negociações coletivas não pode prejudicar os trabalhadores pelas situações passadas. | • A anulação de acordos e convenções gera prejuízo aos trabalhadores, que terão de pagar aos patrões os supostos benefícios recebidos. |
| • Banco de horas de máximo 1 ano, com respeito aos limites de jornada (8h/dia e 44h/semana). | • Banco de horas pode durar indefinidamente e sem respeitar qualquer limite de jornada. |

Porta de Fábrica

08 de Março. Dia de Luta!

Na tarde da quarta-feira, 08 de março, Dia Internacional da Mulher, a diretoria Magaílda Silva Pereira, do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, participou do Ato Unificado na Praça da Sé-SP, contra a Reforma da Previdência. O Ato teve início às 14h com uma Assembleia no Viaduto Santa Efigênia em frente ao prédio do INSS e logo após seguiram para a praça da Sé e às 17h caminharam pelas ruas do centro de São Paulo, em um manifesto pacífico em defesa dos milhões de brasileiros(as), que estão prestes a não se aposentarem mais.

Dia Nacional de Luta Contra o Desmonte da Previdência

Logo pela manhã da quarta-feira, dia 15 de março, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto foram para as ruas contra a tentativa de Desmonte da Previdência Social. Os diretores realizaram Assembleia e distribuíram material gráfico para orientar os trabalhadores e a população sobre os riscos e danos que todos sofrerão se a PEC 287 - "REFORMA DA PREVIDÊNCIA" for aprovada.



Conscientização

No sábado, 11 de março, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto estiveram em diversos pontos da cidade, distribuindo material gráfico, conversando com os munícipes e conscientizando, sobre os malefícios da Reforma da Previdência que está prestes a ser votada.



PPR

Na tarde da quinta-feira, 23 de março, o Sindicato dos Metalúrgicos de Salto através dos seus diretores realizou Assembleia na empresa ARVED METALFER, para que os trabalhadores pudessem apreciar e votar a proposta da empresa referente ao PPR (Programa de Participação dos Resultados) de 2016. A maioria dos trabalhadores votou favorável, ficando assim aprovada a proposta.



Sindicalização

Na manhã da sexta-feira, 24 de março, os diretores dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Salto estiveram na Empresa JUMAK, para realização da Campanha de Sindicalização. Na oportunidade o presidente do sindicato Alexandre Garcia Ribeiro fez uma breve explanação da representatividade que a instituição exerce da classe trabalhadora e da importância de se tornar sócio. Garcia falou sobre o benefício como Colônia de Férias, Pesqueiro Rancho da Lagoa, Convênios com dentista, cabeleireiro, academias dentre outros. Trabalhador(a), o Sindicato é a sua casa. Sindicalize-se.

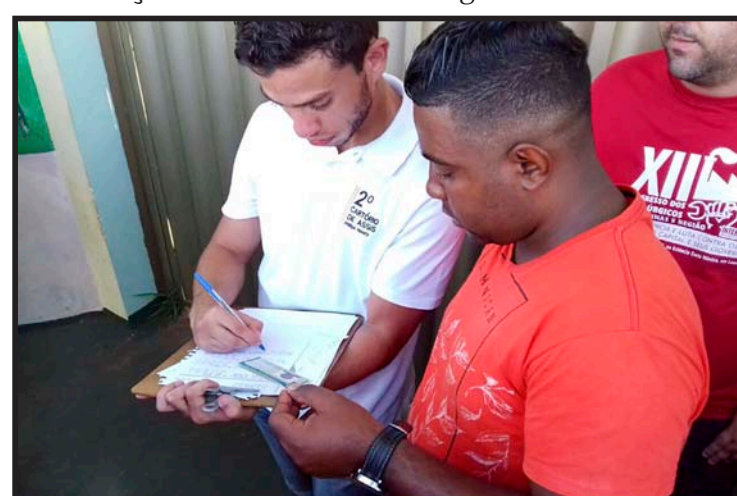


Defendendo a classe Metalúrgica

No dia 25 de março, o Sindicato dos metalúrgicos de Salto com seus diretores Vagner Lucio, Jean Robert, Wellington (Café) e André Matias estiveram em mais um dia de luta representando todos os trabalhadores e trabalhadoras da Categoria Metalúrgica, junto com outros companheiro dos demais sindicatos, defendendo-se de mais um golpe sobre a categoria. Um grupo ao qual não conhecemos, queria na calada da noite, fundar um sindicato que tiraria todos os seguimentos meios, ligados ao setor metalúrgico.

O sindicato de Salto com mais de 30 sindicatos incluindo a FEM (Federação dos Metalúrgicos Filiais à CUT São Paulo), esteve no local para fazer a luta contra esse sistema golpista que está tentando desmobilizar a categoria. Seguiremos reunidos pela mesma defesa e direitos conquistados ao longo tempo da classe operária.

Conseguimos na tarde de 25 de março, na cidade de Assis/SP, ganhar a votação em assembleia para a não criação desse sindicato de gaveta.



Nenhum Direito a Menos



Defendendo os direitos

No dia 8 de março, às 06h e às 14h os diretores dos Metalúrgicos de Salto, realizaram assembleias na empresa Continental em Salto para os trabalhadores votarem a proposta de compensação do resíduo percentual de 1,62% referente a Data Base de 2016 apresentada pela empresa. Após a explanação dos diretores do sindicato o presidente Alexandre Garcia Ribeiro Garcia, colocou em votação e em ambos os horários a proposta foi aprovada por maioria dos votos, ficando assim a proposta aprovada.



É o Sindicato defendendo os interesses dos Metalúrgicos de Salto. Não fique só. Fique Sócio!

Negel do Brasil

Na manhã da quarta-feira dia, 29 de março, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto realizaram uma Assembleia Extraordinária na empresa Nagel do Brasil. O tema da assembleia foi conscientizar os trabalhadores(as), contra a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e Terceirização, que o governo golpista de Michel Temer está propondo e desta forma, retirando os direitos da classe trabalhadora. Também foi anunciado aos trabalhadores o retorno do dirigente Willhes Gomes da Silva para a base.



Sindicato presente nos protestos

Na madrugada do dia 04 de abril, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, estiveram presentes no Ato em Repúdio às Reformas da Previdência Social e Reforma Trabalhista. Ambas reformas, tiram direitos dos trabalhadores(as) e ferem a classe trabalhadora. O evento aconteceu em Sorocaba, sendo organizado pela Subsede Regional da CUT Sorocaba e reuniu milhares de trabalhadores de diversas categorias. Também houve o apoio de outras centrais sindicais e diversos sindicatos de toda região. O ato terminou com a votação, deliberação e aprovação da Greve Geral no dia 28/04.



Traçando metas e avaliando o cenário

Na noite de segunda-feira, 03 de abril, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, estiveram reunidos para a Reunião Plena Extraordinária. Na pauta da reunião, a conjuntura atual dos rumos da classe trabalhadora, e os riscos e possíveis soluções a serem buscadas diante das constantes ameaças. Além disso também foi discutido um novo planejamento interno e novas metas para o trabalho da entidade, perante os novos desafios que se desponham, a fim que seja ainda mais combativo, na defesa dos Metalúrgicos de Salto.



1º de Maio

Baile do Dia do Trabalhador

Vamos juntos comemorar o Dia do Trabalhador!

No próximo dia 30 de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos de Salto vai promover o Baile do Dia do Trabalhador.

Para participar, basta o associado(a) dirigir-se até a sede do Sindicato, localizado à Rua Antônio Vendramine, 258 – Vila Teixeira, das 8h às 11h30, e das 13h às 18h e retirar o convite de adesão, mencionado quantos dependentes vão participar.

A data para a retirada das adesões será: do dia 20 a 27 de abril.

O Baile vai começar às 17h e acontecerá em nossa sede, será animada por banda ao vivo. Bebidas e comidas serão comercializadas a preços acessíveis. Informações: 4602-5890



28 DE ABRIL

GREVE GERAL

O BRASIL VAI PARAR!

RANCHO DA LAGOA
Restaurante & Pesqueiro
11 96250-4948
O seu ponto de encontro com a natureza e a diversão.

Nosso espaço é composto:

- ☑ Restaurante
- ☑ Pratos Executivos aos Sábados
- ☑ Buffet à vontade aos Domingos das 12h00 as 15h00
- ☑ Música ao Vivo todos os Domingos
- ☑ Lagos para pesca
- ☑ Piscinas
- ☑ Playground
- ☑ Pedalinhos
- ☑ Salão para Eventos

Rua das Glicínias Jd. Iracema - Salto (Estrada Municipal Salto/Elias fausto) (Antigo Pesqueiro Arvani)
11 96250-4948

Legenda:

- 📍 Acesso ao sair da Rodovia Santos Dumont
- 📍 Referência Pontos Locais
- 📍 Distância do Local
- 📍 Percurso até o Local

Atendimento: Terça à Domingo Das 09h00 as 18h00
Aceitamos

Sorteados

Seguem os ganhadores do sorteio de fevereiro e março:

- Francisco Bezerra de Queiroz – Tuberfil, Cesta de Chocolate;
- Joselito de Assis Faria – Continental, mês de Fevereiro;
- Roberta de Jesus da Silva – Targo, mês de fevereiro;
- Camile Rodrigues Pereira – Infertec, mês de março.

Parabéns aos ganhadores!